LEI N° 5659, DE 10 DE JANEIRO DE 2014

CRIA A GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E PERMANÊNCIA - GRJEP, DÁ NOVA REDAÇÃO AO PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 31, DA LEI N° 5459, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O povo do Município de Betim, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica criada a Gratificação de Representação Judicial, Extrajudicial e Permanência - GRJEP a ser paga aos Procuradores Municipais em efetivo exercício do cargo, lotados na Procuradoria-Geral do Município de Betim, em decorrência da atuação nos feitos de natureza judicial e extrajudicial, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1° - Fica estendida a referida gratificação aos Procuradores Municipais apostilados ou ocupantes de cargo em comissão lotados na Procuradoria-Geral do Município ou no Gabinete do Prefeito.

§ 2° - O valor da gratificação mencionada no caput deste artigo corresponde a 100% (cem por cento) do vencimento base inicial da carreira, do cargo efetivo constante do artigo 28, da Lei n° 5459, de 27 de fevereiro de 2013, integrante do grupo ocupacional AL, do Anexo I, Quadro Setorial da Administração I-A - Classes de cargos comuns e específicos de provimento efetivo da Lei n° 2886, de 05 de julho de 1996.

§ 3° - O valor da gratificação acima será observado para o cômputo do 13° salário, Férias regulamentares acrescidas de 1/3 e Férias Prêmio.

§ 4° - É garantida ao Procurador Municipal a lotação na Procuradoria-Geral do Município, salvo requerimento pessoal, por escrito, em sentido contrário.

§ 5° - A referida gratificação tem caráter facultativo, podendo o Procurador Municipal fazer opção pelo não recebimento da mesma.

Art. 2° - O Parágrafo único, do art. 31, da Lei n° 5459, de 27 de fevereiro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único - A partir de 01 de janeiro de 2016 o vencimento inicial do Grupo Ocupacional AL, do Anexo I, Quadro Setorial da Administração I-A - Classes de cargos comuns e específicos de provimento efetivo da Lei 2886, de 05 de julho de 1996, passará a ser o valor à época, correspondente ao nível 65-C6 do Grupo Ocupacional AL, mantidas as vantagens pessoais."

Art. 3° - A gratificação referida no caput do art. 1° fica garantida até 31 de dezembro de 2015.

Art. 4° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para suportar as despesas decorrentes desta Lei.

Art. 5º - O recurso a ser utilizado para o atendimento no disposto do art. 4º desta Lei é o mencionado no art. 43, § 1º, inc. III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 1º de julho de 2014.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Betim, 10 de janeiro de 2014.

Carlaile Jesus Pedrosa
Prefeito Municipal

*(Originária do Projeto de Lei nº 384/13, de autoria do Poder
Executivo Municipal)*